

## ANEXO

ACÃO	COORDENADOR DA ACÃO
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	Diretor do Departamento de Documentação Jurídica
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Diretor-Executivo do Plan-Assiste
Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Recife-PE	Diretora do Departamento de Engenharia e Arquitetura
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília-DF	
Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Fortaleza-CE	
Instalações e Equipamentos para o Novo Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília-DF	
Capacitação de Recursos Humanos	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	
Ações de Informática	Diretora do Departamento de Informática

## Tribunal de Contas da União

### PORTARIA Nº 291, DE 18 DE SETEMBRO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, publicada em 17 de julho de 1992, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Área Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, a ANA CELESTE PEREIRA FERREIRA, matrícula 317-4, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 6 de julho de 2005, acrescido das vantagens previstas nos artigos 2º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e 15, § 1º, da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, c/c a Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998 (Processo TC-019.823/2009-7).

UBIRATAN AGUIAR

## Poder Legislativo

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2009

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 106, de 26 de novembro de 1998, resolve,

Nos termos do artigo 1º, caput e § 4º, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, conceder pensão a BERTILDE BARRETO DE CARVALHO, viúva do ex-Deputado Federal SEBASTIÃO CELSO DE CARVALHO, falecido em 14 de agosto de 2009, correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos do ex-Parlamentar, de acordo com os artigos 28, inciso I; 31, inciso I, alínea "e"; 38, in fine, e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 15 de agosto de 2009.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 19.757/2009, resolve:

Tornar sem efeito a nomeação de VIVIAN ANDRADE VIANA, para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Recursos Humanos, Padrão 31, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Ato do Presidente de 11 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2009, em virtude de pedido de posicionamento no final da lista de aprovados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 19.940/2009, resolve

Tornar sem efeito a nomeação de PATRICIA DE OLIVEIRA NOBREGA, para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Recursos Humanos, Padrão 31, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, conforme Ato do Presidente de 11 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2009, em virtude de pedido de posicionamento no final da lista de aprovados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

NOMEAR, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990:

FABIANA ALVES DE SOUZA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Recursos Humanos, Padrão 31, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em cargo vago transformado pela Resolução nº 26, de 13 de maio de 2004, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados de 14 de maio de 2004, decorrente da aposentadoria de Vicente de Paulo Paiva, conforme Ato do Presidente de 3 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 1999.

ERICA CARDOSO DANNA para exercer o cargo efetivo de

Analista Legislativo - atribuição Recursos Humanos, Padrão 31, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em cargo vago transformado pela Resolução nº 26, de 13 de maio de 2004, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados de 14 de maio de 2004, decorrente da aposentadoria de Cícero Rodrigues, conforme Ato do Presidente de 19 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 1998.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve,

Nos termos do artigo 33, item IX, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, declarar a vacância do cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, ocupado pela ex-servidora DORALICE DE OLIVEIRA CARVALHO DE AQUINO, ponto 6.279, em virtude de seu falecimento, ocorrido em 17 de agosto de 2009.

MICHEL TEMER

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIAS DE 17 DE SETEMBRO DE 2009

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 337.591/2009, resolve:

Nº 193 - Conceder aposentadoria à servidora BERGMAN HOLIDAY ANANIAS BOMFIM, Analista Judiciário - Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no artigo 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 6 de julho de 2005, com as vantagens dos artigos 13 e 18, § 2º, incisos I e II, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, do artigo 1º da Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, dos artigos 61, inciso III, e 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do artigo 62 da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, observado ainda o disposto no § 1º do artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 9º e no inciso I e II do artigo 35 da Lei nº 8.112/90, resolve:

Nº 194 - Art. 1º Exonerar:

I - BERGMAN HOLIDAY ANANIAS BOMFIM, Analista Judiciário, Área Judiciária, do cargo em comissão de Coordenador, nível CJ-2, da Coordenadoria de Análise de Jurisprudência;

II - a pedido, ANDRÉIA FERNANDES DE SIQUEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de Assistente Judiciário, nível CJ-1, do Gabinete da Ministra Ellen Gracie, a partir do dia 17 de setembro de 2009.

Art. 2º Nomear ANDRÉIA FERNANDES DE SIQUEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, nível CJ-2, da Coordenadoria de Análise de Jurisprudência.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e considerando o contido no Processo nº 333.075/2008, resolve:

Nº 195 - Nomear, em caráter efetivo, os candidatos habilitados em concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1:

I - PRISCILA BRITO SILVA VIEIRA, em vaga decorrente da posse de Rafael Geovani da Silva Magalhães em outro cargo público inacumulável;

II - EDER FRANCISCO DE ASSIS MARTINS, em vaga decorrente da posse de Breno de Lima Andrade em outro cargo público inacumulável.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 313.554/2001, resolve:

Nº 196 - Tornar sem efeito a Portaria nº 163, de 14 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro subsequente, que revogou a pensão temporária concedida a LUIZA DE BARROS GOMES, menor sob guarda da ex-servidora Sônia Maria de Carvalho Barros, falecida em 2 de fevereiro de 2001, em cumprimento à decisão proferida no Mandado de Segurança 25823-3/DF.

Min. GILMAR MENDES

SECRETARIA

#### DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Em 17 de setembro de 2009

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.112/1990, autorizou o afastamento do País do servidor desta Corte, LUCIANO FELÍCIO FUCK, Secretário-Geral da Presidência, com ônus, no período de 20 a 29 de setembro de 2009, a fim de acompanhar Sua Excelência em missão oficial à China e à França.

ALCIDES DINIZ DA SILVA

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 667, DE 18 DE SETEMBRO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta do procedimento administrativo nº 18.888/2009, resolve:

nomear os candidatos habilitados em concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1:

Candidato(a)	Origem da Vaga
EDERSON CARVALHO DE SA NOLETO	Posse de Celso Thomas Costa Ferreira em outro cargo público, inacumulável.
DAIANNE SOARES PIRES	Posse de Beatriz Almeida Lessa em outro cargo público, inacumulável.
FABRÍCIO JOSÉ DE SOUZA	Posse de Diogo Albuquerque Ferreira em outro cargo público, inacumulável.

Min. CARLOS AYRES BRITTO

SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 654, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

Art. 1º Designa HEDNILSON DE ALMEIDA BEZERRA, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Análise de Sistemas, para substituir o Chefe da Seção de Processamento de Eleições, Nível FC-6, da Coordenadoria de Sistemas Eleitorais, da Secretaria de Tecnologia da Informação, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Revoga o art. 9º da Portaria nº 302, de 1º de junho de 2006.

ANDERSON VIDAL CORRÊA

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 263, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regulamento Interno e considerando o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Resolução STJ nº 2, de 2 de abril de 2009, assim como o que consta no Processo Administrativo STJ 7818/2009, resolve: